



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ELEN CRISTINA MAIA DA COSTA
JEISA BEZERRA DE ALMEIDA SOUSA**

**PRECONCEITO COM OS ALUNOS COM EPILEPSIA NO AMBIENTE ESCOLAR:
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR(A)**

**SANTARÉM-PA
2025**

**ELEN CRISTINA MAIA DA COSTA
JEISA BEZERRA DE ALMEIDA SOUSA**

**PRECONCEITO COM OS ALUNOS COM EPILEPSIA NO AMBIENTE ESCOLAR:
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR(A)**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará, vinculada ao Instituto de Ciências da Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Sousa Lima.

**SANTARÉM-PA
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema
Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa**

C837p Costa, Elen Cristina Maia da
Preconceito com os alunos com epilepsia no ambiente escolar: a
impor- tância da formação do professor (a)./ Elen Cristina Maia da
Costa e Jeisa Be- zerra de Almeida Sousa. – Santarém, 2025.
32 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Maria de Fátima Sousa Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Licenciatura em Pedagogia.

1. Epilepsia. 2. Formação inicial e continuada. 3.
Transdisciplinaridade. I. Sousa, Jeisa Bezerra de Almeida. II. Lima,
Maria de Fátima Sousa, *orient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 370.1934

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2

1440



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte cinco na cidade de Santarém do Estado do Pará, no laboratório de Pedagogia- ICED/UFOPA, realizou-se, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvida pelas discentes **ELEN CRISTINA MAIA DA COSTA** e **JEISA BEZERRA DE ALMEIDA SOUSA** intitulado: **PRECONCEITO COM OS ALUNOS COM EPILEPSIA NO AMBIENTE ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR(A)** sob a orientação do (a) docente **Profª Drª Maria de Fátima Sousa Lima** da - UFOPA. A banca examinadora foi composta pelo (o) **professora Especialista Emanuella Rebelo Camargo** pela mestrand **Luciana Maria Guedes dos Santos**. A presidente da banca fez a abertura dos trabalhos apresentando os componentes da banca e as discente, e atribuiu vinte minutos para apresentação do Trabalho. Após a defesa seguiu-se arguição da Banca Examinadora e resposta da discente. Ao termino e apresentou o parecer final com a NOTA, [10,0] [dez] Em seguida fez-se as considerações finais passando para a palavra aos discentes que fizeram seus agradecimentos. Proclamado o resultado final pela Presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e para constar, eu Maria de Fátima Sousa Lima, lavrei a presente ata, que será assinada pela autora do trabalho e pelos membros da banca examinadora.

Autor: Jeisa Bezerra de Almeida Sousa matrícula: 2022005188
Autor: Elen Cristina Maia da Costa matrícula: 2021003269
Orientador (a): Maria de Fátima Sousa Lima
Examinador (a): Luciana M^ª S. dos Santos
Examinador (b): Emanuella Rebelo Camargo

AGRADECIMENTOS

Elen Cristina Maia da Costa

Agradeço

À Deus pelo ingresso na Universidade Federal do Oeste do Pará.

À minha querida irmã Lilian Suelane, que está sempre comigo, apoiando-me nos estudos, dando suporte nas vivências acadêmicas e companheira de vida, a qual prezo e admiro muito.

À minha mãe Marlene Maria, por sempre incentivar aos estudos e ser a razão de minhas conquistas, pois batalhou para que eu e minha irmã tivéssemos uma boa educação.

Em memória aos meus avôs maternos Maria Júlia e Manoel do Carmo, que sempre acreditavam na educação e contribuíram de forma significativa para meu crescimento.

À minha prezada colega e amiga Jeisa Bezerra, que a faculdade nos uniu, desde então, contribui de forma significativa nos meus estudos e aceitou fazer dupla neste TCC e embarcamos nessa jornada de descobertas e conhecimento, que só educação e o ensino, nos proporciona.

À querida professora Dra Maria de Fátima Sousa Lima por aceitar e nos instruir com seus ricos ensinamentos, ajudarmo-nos ainda mais a obter conhecimento para evolução do nosso trabalho.

À Universidade do Oeste do Pará, que foi fundamental no meu processo de permanecer no curso de Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

Jeisa Bezerra de Almeida Sousa

Agradeço

À professora orientadora, Dr^a. Maria de Fátima Sousa Lima, por aceitar o desafio de nos orientar e pela amorosidade no ato de ensinar.

À Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

À professora Dr^a Ágida Maria Cavalcante dos Santos (*in memorian*) – Docente da disciplina História da Educação da Universidade Federal do Amazonas.

Às prezadas amigas, Mayane Serrão, Maria Crysla e Edwirgem da Universidade Federal do Amazonas.

Ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa.

Às prezadas amigas, Ayla Rocha, Alana Ramily, Suelen Nunes, Eduarda Mendonça, Érica Thaís, Iris Araújo, Thaynara Aguiar, Ana Catarina Viegas e Elen Maia da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, as quais durante alguns semestres do curso realizamos trabalhos acadêmicos.

Ao meu filho Professor Luís Cláudio Sousa pelo incentivo para novos desafios na minha vida pessoal e profissional.

À minha família pelo apoio em continuar os estudos mesmo diante da mudança de cidade.

Ao meu filho Luís Antônio Sousa que tem o grande desafio de conviver com a Epilepsia.

Às escolas e Cemei que foram receptivas durante os estágios para constituição de momentos articuladores entre a teoria e prática, permitindo o conhecimento de aspectos relevantes da relação escola-comunidade proporcionando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para minha formação profissional.

RESUMO

O presente artigo tem como título “Preconceito com os alunos com epilepsia no ambiente escolar: A importância da formação do professor(a)”. O mesmo evidencia a importância da formação dos professores com noções de saúde para compreender os desafios de alunos diagnosticados com a Síndrome Epilepsia no ambiente escolar. A metodologia adotada partiu do cunho teórico e bibliográfico. Foram realizados levantamentos de artigos científicos no Google Acadêmico, Scielo e Revistas Científicas, tendo como referência os textos e contribuições de autores como Fonseca (2002), Demo (2005), Perrenoud (2002), Cançado e Machado (2022), Yasuda (2024), entre outros. As questões norteadoras foram: Como é percebido o estigma e o preconceito sobre epilepsia? Qual a importância da formação e atuação do profissional de educação com noções básicas de saúde? Quais conhecimentos de primeiros socorros são fundamentais para assistência necessária aos alunos com a síndrome epilepsia? Portanto, o presente estudo tem como objetivo compreender como o aluno em crise de epilepsia é tratado na escola e qual a formação dos docentes para atendê-lo. O texto começa com uma introdução, seguida dos seguintes tópicos: Compreendendo a Epilepsia; subcapítulos que descrevem como é percebido o estigma na epilepsia e o preconceito direcionados às pessoas com epilepsia no ambiente escolar; o terceiro item que discorre sobre formação docente sobre epilepsia; o quarto item que apresenta os benefícios da Transdisciplinaridade entre saúde e educação; o quinto tópico que descreve o Relato de experiência no estágio em Gestão Escolar; e por último, acrescentamos os Recursos pedagógicos indicados para orientação profissional sobre o tema epilepsia. Observamos nesse estudo que a transdisciplinaridade entre saúde e educação articulou o conhecimento para novas práticas na formação docente de professores, o que permitiu a aplicação de uma intervenção pedagógica possibilitando contribuir para o levantamento de evidências sobre a epilepsia no ambiente escolar. Neste sentido, a escola e o professor (a) são agentes multiplicadores de ações pela transformação das dificuldades educativas e sociais na superação do estigma e preconceito no ambiente escolar.

Palavras-Chave: Epilepsia. Formação inicial e continuada. Transdisciplinaridade. Saúde e educação.

ABSTRACT

The present article is entitled “Prejudice against students with epilepsy in the school environment: The importance of teacher training”. It highlights the importance of teacher training in health education to understand the challenges faced by students diagnosed with epilepsy in the school environment. The methodology adopted was theoretical and bibliographical. A review of scientific articles was conducted on Google Scholar, Scielo and Scientific Journals, with reference to the texts and contributions of authors such as Fonseca (2002), Demo (2005), Perrenoud (2002), Cançado and Machado (2022), Yasuda (2024), among others. The guiding questions were: How is the stigma and prejudice about epilepsy perceived? What is the importance of training and the practice of education professionals in basic health knowledge? What first aid knowledge is essential for providing the necessary assistance to students with epilepsy? Therefore, the present study aims to understand how students experiencing an epileptic crisis are treated at school and what training teachers receive to assist them. The text begins with an introduction, followed by the following topics: Understanding Epilepsy; subchapters describing how the stigma of epilepsy and the prejudice directed at people with epilepsy are perceived in the school environment; the third item, which discusses teacher training on epilepsy; the fourth item, which presents the benefits of Transdisciplinarity between health and education; the fifth topic, which describes the experience report on the School Management internship; and finally, we have added the pedagogical resources indicated for professional guidance on the topic of epilepsy. We observed in this study that transdisciplinarity between health and education articulated knowledge for new practices in teacher training, which allowed the application of a pedagogical intervention, contributing to the collection of evidence on epilepsy in the school environment. In this sense, the school and the teacher are key actors in promoting change to overcome educational and social difficulties, as well as stigma and prejudice in the school environment.

Keywords: Epilepsy. Initial and continuing training. Transdisciplinarity. Health and education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ação educativa para professores, gestores, técnicos adimistrativos	21
Figura 2 - Folder – Guia de bolso para comunidade escolar	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMPREENDENDO A EPILEPSIA.....	12
2.1 Estigma na epilepsia	15
2.2 Preconceito e epilepsia no ambiente escolar	16
3 FORMAÇÃO DOCENTE	17
4 TRANSDISCIPLINARIDADE ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	19
5 RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO EM GESTÃO ESCOLAR	21
6 RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	23
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS	30

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre as variáveis que estão envolvidas no processo de escolarização de um aluno com diagnóstico de epilepsia, uma vez que no ambiente escolar, as crianças, adolescentes ou adultos podem apresentar dificuldades na aprendizagem devido fatores provenientes do diagnóstico de epilepsia, o uso constante de medicamentos controlados, o estigma e o preconceito, que podem motivar o fracasso e o abandono escolar.

Esta inquietação foi motivada após umas das autoras desta pesquisa enfrentar e conviver com as variáveis que são causadas pelo desconhecimento e despreparo dos profissionais da educação. Fator esse, responsável pelo preconceito no âmbito escolar, além da permanência do estigma entre os envolvidos.

A autora é mãe de um jovem com diagnóstico de epilepsia refratária, condição que ocasionava diversas crises convulsivas e muitas dessas crises ocorriam no período em que este estava no ambiente escolar. Devido essa condição, o aluno precisou ausentar-se da escola, pois os professores, educandos e os demais membros desta instituição, não sabiam como agir diante de uma pessoa com crise convulsiva.

Na tentativa de evitar o abandono escolar, a autora frequentou juntamente com seu filho os últimos anos do ensino médio, com autorização da gestão escolar. Ressaltando que, além das crises convulsivas, esse aluno era alvo constante de termos pejorativos, que causaram constrangimento e desânimo afetando sua vida nas atividades escolares.

Após, essa observação das dificuldades que um aluno com o diagnóstico de epilepsia pode enfrentar no ambiente escolar, percebeu-se que o tema deveria ser explorado e discutido.

Para analisar essas variáveis, surgiram os seguintes questionamentos: Como é percebido o estigma e o preconceito sobre epilepsia? Qual a importância da formação e atuação do profissional de educação com noções básicas de saúde? Quais conhecimentos de primeiros socorros é fundamental para assistência necessária aos alunos com a síndrome epilepsia?

O objetivo geral compreender como o aluno crise de epilepsia é tratado na escola, e qual a formação dos docentes para atendê-lo .

Com base em estudos, traçamos como objetivos específicos: Identificar o

estigma na epilepsia; Analisar o preconceito e epilepsia no ambiente escolar; Constatar a importância da formação docente sobre o tema epilepsia; Promover a transdisciplinaridade entre saúde e educação; e, Demonstrar quais os recursos, adaptações e metodologias de ensino podem auxiliar no conhecimento sobre epilepsia.

O percurso metodológico parte da perspectiva de Fonseca (2002), compreendendo a pesquisa do tipo qualitativa e bibliográfica, pois é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam na pesquisa bibliográfica, procurando referências publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Como referencial teórico foi pesquisado artigos, teses, revistas, cartilhas, bibliografias que versam sobre epilepsia, estigma, preconceito e suas implicações na escola; o Estudo Policy Brief – Epilepsia e dificuldades no ambiente escolar, Brasília-DF, setembro de 2022, a Lei Lucas – Lei nº 13. 722, de 4 de outubro de 2018 e o Projeto de Lei nº 564, de 2018, do Estado de São Paulo que instituiu e estabeleceu Política Pública Estadual de proteção, inclusão e acompanhamento educacional dos alunos com epilepsia na rede de ensino. Tais estudos, dialogam com contribuições de autores como Fonseca (2002), Demo (2005), Perrenoud (2002), Cançado e Machado (2022), Yasuda (2024), entre outros.

Desta forma, o presente trabalho organiza-se por meio das seguintes seções, a saber: a) primeiramente, apresentaremos um breve histórico sobre Epilepsia; b) Estigma e preconceito na epilepsia e no ambiente escolar; c) Formação docente; d) Transdisciplinaridade entre saúde e educação; e) O relato de experiência do Estágio em Gestão Escolar; f) Recursos pedagógicos para orientação profissional; g) por fim, as considerações finais.

2 COMPREENDENDO A EPILEPSIA

A epilepsia é uma alteração temporária e reversível do funcionamento do cérebro, e esta não é considerada um sinônimo de deficiência. Existem casos em que

a pessoa apresenta somente o diagnóstico de epilepsia, e este também associado a outras comorbidades como exemplo o autismo, entre outros. Ao longo dos séculos, vários estereótipos de preconceito foram criados pela sociedade sobre pessoas com diagnóstico de epilepsia, o que impacta significativamente na sua vida pessoal e social.

Na história, a epilepsia foi interpretada como manifestações de possessividade demoníaca (forças sobrenaturais), Mal Divino, loucura, feitiçaria, espíritos, bruxismo, entre outros. Estudos relatam que a epilepsia consta registrada em escritos que datam de mais de mil anos antes de Cristo, sendo esta mencionada na Bíblia Sagrada nos trechos do Evangelho de São Lucas, capítulo IX, versículos 37 a 42, que relatam o episódio em que Jesus cura um menino acometido por uma crise com características de epilepsia.

Hipócrates, considerado o pai da medicina, na Grécia Antiga, realizou estudos sobre a epilepsia e diagnosticou como uma enfermidade que deveria ser tratada com drogas (Silva e Filho, 2014, p. 52), buscando através da medicina desmistificar a visão do Mal Divino que recaía sobre pessoas com esse diagnóstico.

Ressalta-se, que todas as ideias alicerçadas em diversas culturas ao longo dos séculos, criaram um estereótipo de preconceito, estigma e marginalização sobre as pessoas com epilepsia na sua vida pessoal e social.

A epilepsia é uma doença crônica, que apresenta repercussão no comportamento e no aprendizado de crianças, adolescentes e adultos. A síndrome se manifesta devido alterações no encéfalo que podem ser provenientes de fatores genéticos e ambientais (adquiridas-não genéticas) ou oriundas de fatores como traumatismo com danos cerebrais, tumores cerebrais, malformações do sistema nervoso central (SNC), doenças metabólicas, infecções intracranianas virais ou bacterianas, doenças no cérebro de origem vasculares, abuso de álcool, overdose de medicamentos, drogas, toxoplasmose, neurocisticercose, entre outros. (Pinheiro *et al.*, 2005, p. 194).

A epilepsia é uma condição crônica ou um grupo de doenças que têm em comum a ocorrência de duas ou mais crises epiléticas que ocorrem na ausência de doença tóxico-metabólica ou febril. Crises epiléticas são eventos clínicos resultantes de uma atividade cerebral anormal, de início súbito, em uma pequena parte do encéfalo (crises parciais) ou em áreas extensas, envolvendo os dois hemisférios cerebrais (crises generalizadas), provocando alterações subjetivas ou comportamentais súbitas. A crise única não é considerada epilepsia; necessita, contudo de toda a avaliação clínico-

laboratorial para doenças agudas clínicas e neurológicas (Guerreiro, 1993 *apud* Pinheiro *et al.*, 2005, p. 192).

As crises podem variar de aspectos, e nesse sentido existem estudos científicos que classificaram e subdividiram os tipos de crises conforme critérios clínicos e que denominaram de forma geral em crises convulsivas ou não convulsivas, crises parciais simples ou complexas (ocorre ou não perda de consciência) ou generalizadas (ocorre perda de consciência e alteração motora).

A ILAE – Liga Internacional contra Epilepsia, no site www.epilepsydiagnosis.org disponibiliza gratuitamente um manual, que por meio de cadastro simples, é possível o acesso a vídeos que ilustram os tipos de crises epiléticas (Yasuda, 2024, p. 23).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde estima-se, que no Brasil existe 2% da população acometidas pela epilepsia e cerca de 50 milhões de pessoas no mundo (Ministério da Saúde, 2022).

No Brasil, a Associação Brasileira de Epilepsia é uma organização que promove e divulga conhecimentos relativos às epilepsias com objetivo de melhor qualidade de vida das pessoas com epilepsia referente aos âmbitos clínico e social, e o principal papel é combater o estigma e preconceito com projetos, ações, encontros, programas direcionados à capacitação para inclusão de crianças e adolescentes com epilepsia no ambiente escolar, debates para orientar sobre obtenção e manutenção de emprego e relações interpessoais.

As crianças com epilepsia apresentam maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de problemas acadêmicos e a melhor compreensão destas questões pode levar a intervenções mais eficazes no futuro. [...] Dessa forma, é necessário investigar e reconhecer quais variáveis estão envolvidas com as dificuldades apresentadas pelas crianças epiléticas e que podem, direta e/ou indiretamente, influenciar seu funcionamento psicossocial, em suas habilidades sociais e educacionais (Zanni *et al.*, 2010, p.217).

Visando romper com essas dificuldades, em alguns estados do Brasil, foram criadas associações, grupos, movimentos, núcleos, entre outros, que objetivam conclamar através do Poder Público aprovar a criação de programas e de legislação específica em busca de melhores condições e tratamentos às pessoas com epilepsia, na garantia de atendimento na rede saúde, no fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde, direitos específicos e promoção de educação e conscientização sobre epilepsia.

No contexto escolar, a epilepsia pode impactar devido problemas resultantes

do despreparo dos profissionais da educação, das limitações que o aluno apresenta, das desigualdades educacionais e pedagógicas, do estigma e do preconceito no ambiente escolar. Tais problemas, necessitam de mecanismos estratégicos para o enfrentamento dessas dificuldades.

Para que um aluno com essa síndrome tenha uma vida escolar normal é necessário,

Que os professores sejam esclarecidos sobre o problema, para que possam agir adequadamente. Um professor desavisado pode, em presença de uma crise, adotar atitudes desastrosas para com o estudante, não só na maneira de lidar com ele como também no modo de agir junto aos demais alunos (Rosa, 1997, p. 38).

Na discussão sobre os obstáculos percebidos pelos professores (as) no âmbito das necessidades de alunos com Epilepsia e que ainda é visível nos ambientes escolares, conforme Rosa (1997, p. 40), destacam-se:

- O despreparo que os profissionais de educação têm em prestar assistência;
- A adoção de procedimentos ineficazes para socorrer o aluno;
- A falta de acesso à informação e cursos de primeiros socorros sobre a Epilepsia para assistir esses alunos;
- A desinformação a respeito do aluno com diagnóstico com Epilepsia e a falta de comunicação entre família e escola;
- Professores inseguros com a situação preferem transferir a responsabilidade pela saúde do aluno com Epilepsia a outros profissionais.

Considerando as implicações e obstáculos que podem surgir no ambiente escolar com alunos diagnosticados com epilepsia, se faz necessário abordar esse tema para promover o melhor atendimento e sensibilização sobre a doença.

2.1 Estigma na epilepsia

A palavra “Estigma” foi criada pelos gregos para indicar sinais corporais e evidenciar algo extraordinário ou mau direcionado ao status moral que uma pessoa apresentava. Dessa forma, ao longo dos séculos o status moral e social foram construídos pela sociedade para categorizar os indivíduos, como ditos “normais e diferentes”. Goffman (2004) evidenciou em seu livro Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada os tipos de estigma presentes na sociedade

e como se apresenta o estigma para uma pessoa com diagnóstico de epilepsia.

Estigma é definido pelo autor como um atributo depreciativo, fraqueza ou desvantagem, considerando os seguintes tipos de estigma: anormalidades do corpo [deformidades físicas], culpas de caráter individual [crenças falsas e rígidas, alcoolismo, prisão, homossexualismo, vícios], [tribais de raça, nação e religião]. (Gooffman, 2004, p. 7). As pessoas com epilepsia no livro foram descritas como pessoas fracas e loucas.

Para Lima e Rizutti (2021, p. 5),

[...] a desvalorização das pessoas com epilepsia é multicultural e decorre, inicialmente, da sua inscrição na mitologia que circunscreve sua origem e transmissão. Surge das ameaças simbólicas de possessão que carrega das diversas épocas. Suas representações migraram da denominação de “doença sagrada” para “doença demoníaca”.

Com base nessas informações, percebemos como foi construído essa visão estigmatizante direcionadas às pessoas com epilepsia.

2.2 Preconceito e epilepsia no ambiente escolar

O ambiente escolar é permeado de preconceitos e juízos prévios sobre os alunos, em especial os diagnosticados com epilepsia. De acordo com Fernandes,

Os pacientes com epilepsia sofrem com os comportamentos exigidos pela sociedade, pois muitas vezes as crises inesperadas e imprevisíveis assustam quem não conhece o que é epilepsia, especialmente em ambientes sociais, como a escola, no caso das crianças (Cunha, 2002 *apud* Fernandes, 2005, p. 158).

Para favorecer rupturas nessa muralha de preconceitos é fundamental que se invista cada vez mais na formação do professor (a), permitindo-lhe apropriar-se de novos conhecimentos científicos e eliminar conceitos estabelecidos na sociedade direcionados às pessoas com epilepsia, como: ele está possuído por um espírito ou demônio, babão, coitadinho, entre outras denominações pejorativas, receio e nojo de prestar assistência por achar que é contagioso.

Logo, todos esses fatores acabam influenciando negativamente a pessoa diagnosticada com epilepsia no ambiente escolar, principalmente quando recebe esse tipo de atitude por parte dos colegas, e em especial se o professor (a) for desprovido de conhecimento sobre os aspectos importantes para lidar com os problemas de

ordem biopsicossociais que podem ocasionar o fracasso ou abandono escolar, pois a desinformação, conseqüentemente trás conceitos e mitos equivocados, além de agravar o quadro clínico com decisões e atitudes não coerentes numa situação de crise epiléptica.

Para que o profissional da educação consiga um bom desempenho frente ao desafio de sensibilizar sobre o estigma e o preconceito, é necessário disseminar palavras como “Consciência” e “Atitude”, a partir de informações sobre a doença.

“Consciência” de que as pessoas com esse diagnóstico sofrem com a injustiça e exclusão no decorrer da vida. E Atitude, pois a maioria das pessoas têm receio de acolher e ajudar o outro diante de uma crise (Cartilha para inclusão de crianças e adolescentes com epilepsia no contexto escolar - Associação Brasileira de Epilepsia, 2020, p. 16).

Nessa visão, é de suma importância disseminar informações precisas no combate do estigma e do preconceito e o conhecimento de primeiros socorros para assistência necessária aos alunos com a síndrome no ambiente escolar, a fim de auxiliar no estado do bem estar e emocional da pessoa com epilepsia.

3 FORMAÇÃO DOCENTE

A relação entre pesquisa e ensino evidencia a possibilidade do professor como investigador atuar como agente multiplicador e transformador social, auxiliando para que pessoas diagnosticadas com epilepsia possam frequentar a escola superando suas limitações, pois ao conhecerem melhor o estudante e as variações que ocorrem no ambiente escolar diante desse diagnóstico é capaz de implementar e transmitir conhecimento teórico e científico sobre o tema analisado.

Nessa perspectiva, ao utilizar recursos pedagógicos adequados acerca do tema “Epilepsia” irá produzir com suas indagações e experimentações no ambiente escolar um conhecimento prático sobre as melhores formas de conduzir para combater o preconceito.

Percebemos, a importância da pesquisa – formação e da pesquisa – ação, seja na licenciatura ou na formação contínua do professor (a). De acordo com Perrenoud,

[...] a formação contínua visava – e sempre visa – atenuar a defasagem entre o que os professores aprenderam durante a formação inicial e o que foi acrescentado a isso a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos

programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação (Perrenoud, 2002, p. 21).

Na formação profissional docente, seja na licenciatura ou na formação contínua é importante que esta possibilite o desenvolvimento de práticas reflexivas a partir de situações vivenciadas no ambiente escolar, direcionando essas formações temáticas, transdisciplinares e didáticas para uma formação reflexiva.

No universo da educação, para formar um profissional reflexivo deve-se acima de tudo, formar um profissional capaz de dominar sua própria evolução, construindo competências e saberes novos ou mais profundos a partir de suas aquisições e de sua experiência (Perrenoud, 2002, p. 24).

O maior desafio no ambiente escolar é como a escola encara os direitos fundamentais dos estudantes marcados pela diferença e nesse âmbito estão aqueles diagnosticados com epilepsia que por desconhecimento da síndrome ou falta de políticas públicas direcionadas à garantia de qualidade de vida e de educação ainda sofrem com o estigma e o preconceito.

Para desconstruir atos preconceituosos no ambiente escolar, Geni Gonçalves nos convida a compreender a subjetividade e as vivências dos invisibilizados dentro da escola “Para que me incluas, é preciso que te mudes para dentro do meu dentro” (Geni Gonçalves *apud* Panico e Perez, 2022, p. 49).

Durante a pesquisa analisamos que a Universidade Federal do Oeste do Pará oferta vários cursos de licenciaturas, porém, não encontramos nas ementas das disciplinas tópicos que abordam questões relacionadas à saúde nas escolas, uma vez que o ambiente escolar é suscetível de variáveis como acidentes, engasgos, desmaios, convulsões, entre outros. Desse modo, é evidente que ao se ter a limitação de informações somente para cursos da área de saúde, ocasiona um cenário de desinformação e dificuldades que muitos professores podem enfrentar pela falta de conhecimento e despreparo em relação aos primeiros socorros.

Com a existência dessa lacuna, cabe-se repensar o currículo da disciplina Educação Especial que é ofertada nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Oeste do Pará, que aborda somente questões conceituais das necessidades educacionais especiais, para que nesta seja incluído os aspectos bioeducacionais da epilepsia e os seus impactos sobre a aprendizagem escolar, pois mesmo se tratando de uma síndrome que não é descrita como deficiência física, mental ou intelectual, devemos considerar que de acordo com a singularidade de cada pessoa este pode

apresentar incapacidades específicas.

Relacionado à inclusão, percebeu-se com a pesquisa que ainda é recente o desenvolvimento de políticas de inclusão, acompanhamento e proteção de alunos com diagnóstico de epilepsia no Brasil, evidenciando assim a urgência da criação de ações para o conhecimento da síndrome, pois de acordo a Constituição Federal de 1988,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, Cap.VII, Art. 227).

É nessa perspectiva que as instituições de ensino superior devem promover uma mudança de paradigma relacionado à formação de futuros profissionais, pois estes não podem mais negligenciar a atenção que deve ser oferecida aos alunos com diagnóstico de epilepsia no ambiente escolar.

Portanto, conhecer a síndrome epilepsia se torna essencial para transformações e rompimento do estigma e do preconceito no ambiente escolar, pois ao tomarem conhecimento das políticas municipais, estaduais e/ou federais sobre o tema, ações desenvolvidas e quais os cuidados indispensáveis aos alunos com epilepsia desconstroem a visão negativa sobre a síndrome.

4 TRANSDISCIPLINARIDADE ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Piaget pesquisou o termo transdisciplinaridade e apresentou no I Seminário sobre pluri e interdisciplinaridade, na Universidade de Nice, em 1970. O estudioso considerou interdisciplinaridade como uma interação entre as várias disciplinas e a transdisciplinaridade como um método que vai além do conhecimento tradicional, pois, busca promover um conhecimento que ultrapassa o limite entre as disciplinas (Silva e Dias, 2012, p. 14).

Em relação aos benefícios da promoção da transdisciplinaridade entre saúde e educação, destacamos o Programa Saúde na Escola (PSE) – Decreto nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007, instituído no âmbito do Ministério da Educação e da Saúde, que busca uma articulação entre escola e saúde por meio de um Projeto Municipal elaborado pela escola, visando o planejamento, adesão e implementação de ações que consideram questões de saúde escolar, que dispõe em seu Artigo 2º que são

objetivos do Plano - I promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes pública de saúde e de educação (Brasil, 2007).

Assim, o Projeto permite que a partir de formações e intervenções educacionais seja possível enfatizar temas importantes sobre saúde na escola, como por exemplo, o tema desta pesquisa que pode ser ofertado através de ações para capacitar professores e gestores em noções básicas de atendimentos de primeiros socorros.

A Lei Lucas – Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, estabelece a obrigatoriedade de capacitação em primeiros socorros infantis para funcionários de escolas e outras instituições semelhantes. Esta norma prevê a obrigatoriedade de capacitação em primeiros socorros de pelo menos um funcionário de instituições escolares (Brasil, 2018).

Dentre as diversas ações de promoção para o conhecimento de primeiros socorros, existe o protocolo CALMA elaborado e disponível no site da Associação Brasileira de Epilepsia, que apresenta um conjunto de orientações de primeiros socorros para epilepsia, sendo:

- **C:** Coloque a pessoa de lado
 - **A:** Apoio a cabeça da pessoa
 - **L:** Localize e afaste objetos que possam machucar
 - **M:** Monitore o tempo
 - **A:** Acompanhe a pessoa até ela acordar
- (Associação Brasileira de Epilepsia, 1987, p.6).

Para efetivar esse processo com mais eficácia é importante seguir as seguintes ações do protocolo CALMA:

Manter a calma e respirar fundo, colocar a pessoa deitada no chão, virar a pessoa de lado para facilitar a respiração e evitar a aspiração da saliva ou vômito, afastar objetos que possam machucar a pessoa, como óculos, correntes, móveis e roupas apertadas, apoiar a cabeça da pessoa sobre algo macio, como mochilas, blusas ou jalecos e monitorar o tempo, evitar colocar objetos na boca e não segurar os braços e as pernas com força da pessoa.

É fundamental monitorar, observar e acompanhar a pessoa, pois se a crise durar mais de 5 minutos o profissional deve ligar para o SAMU (192).

Assim, analisamos a importância da formação de professores com as mínimas noções de saúde, pois “Primeiros socorros são condutas iniciais que objetivam ajudar pessoas que estejam em sofrimento ou risco de morte e que qualquer pessoa, mesmo

que não seja profissional de saúde pode realizar”. (Galindo *et al.*, 2017, p. 2).

5 RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO EM GESTÃO ESCOLAR

O Projeto de Intervenção aplicado no Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, uma proposta neuropedagógica por meio da transdisciplinaridade entre saúde e educação. A transdisciplinaridade entre saúde e educação no estudo sobre epilepsia atribui importância para aprendizagem e construção do conhecimento científico na formação docente sobre o tema Epilepsia.

O Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar¹ compreende o que a Lei nº 11.788, no capítulo 1, art. 1º, estabelece como sendo um “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos [...]” (Brasil, 2008). Nesse sentido, o estágio é uma oportunidade especial para o acadêmico-educador conhecer a prática docente do profissional-educador na escola enquanto lócus de experiência.

A priori, sob a orientação da supervisora de estágio foi iniciado os primeiros contatos com a escola-campo, no qual buscamos treinar o olhar, analisando cada detalhe, desde o atendimento até os elementos que explicitam as concepções da escola.

Demo (2005, p. 41) aponta como habilidade necessária ao futuro professor e professor, referentes ao encaminhamento de estudos e pesquisas: A postura de pesquisador, a capacidade de (re) elaborar seu próprio conhecimento, ser o teorizador de sua prática, ser um professor sempre atualizado, ser um professor com instrumentalização eletrônica e ter postura interdisciplinar, destacando assim a importância profissional do saber e do aprender a aprender para construir e reconstruir o conhecimento. Sendo o estágio o momento para propiciar o contato do futuro professor com a realidade educacional, promovendo a oportunidade de compartilhar conhecimento e construir aprendizagem, realizamos observações e experiências registradas na instituição, o que possibilitou a reflexão sobre a problemática acerca de alunos com diagnóstico de epilepsia no ambiente escolar.

Assim, analisamos com a supervisora de estágio o tema proposto visando socializar na escola com professores, gestores, técnicos administrativos e pessoal de apoio para identificar como eles concebem e vivenciam a epilepsia no cotidiano escolar.

¹ O Estágio Supervisionado na área de Educação Infantil no Curso de Pedagogia da UFOPA tem uma carga horária de 150 horas.

Consequente, elaboramos o Projeto de Intervenção a partir de pesquisas em artigos científicos, no Google Acadêmico, Scielo, Revistas Científicas, o Estudo Policy Brief – Epilepsia e dificuldades no ambiente escolar, Brasília-DF, setembro de 2022, a Lei Lucas – Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018 e o Projeto de Lei nº 564, de agosto de 2018, do Estado de São Paulo.

A ação educativa foi elaborada com base na análise dos documentos pesquisados e visava divulgar as orientações do Projeto de Lei nº 564, de agosto de 2018 e o Estudo Policy Brief - Epilepsia e dificuldades no ambiente escolar às escolas das redes de ensino do município, em especial a escola-campo localizada no município de Santarém que foi o lócus do estágio, com objetivo de garantir que todos os alunos com esse diagnóstico recebam acompanhamento educacional adequado no ambiente escolar.

No dia 24.05.2023, ocorreu a ação educativa que foi realizada em dois turnos (vespertino e noturno) com a presença dos professores, gestores, técnicos administrativos e apoio escolar que trabalham na escola, com objetivo inicial de avaliar o conhecimento dos educadores e comunidade escolar sobre epilepsia, e em seguida foi realizado uma demonstração e distribuição de um Folder “Guia de bolso” para educadores com orientações e exemplificação da Associação Brasileira de Epilepsia sobre o manejo correto durante uma crise convulsiva. Além, da explanação sobre as estratégias e adaptações para escola e professor (a) analisar as dificuldades de aprendizagem do aluno com o diagnóstico de epilepsia.

Durante a pesquisa-reflexão, a vice-gestora da escola informou que no turno noturno uma professora tinha um aluno com comportamento diferente em sala de aula e com a explanação da ação educativa a escola entrou em contato com o pai do aluno que confirmou a dúvida da professora e da vice-gestora, explicando o motivo de não ter informado à escola o diagnóstico de epilepsia, ou seja, o receio do filho ser vítima de preconceito no ambiente escolar. O aluno em questão apresentava constantes crise de ausência², o que dificultava o seu desenvolvimento pessoal e educacional no ambiente escolar.

A priori, na ação educativa abordamos as diretrizes importantes para proteção, inclusão e acompanhamento educacional dos alunos com epilepsia na rede de ensino, visando encontrar estratégias para problemas resultantes do diagnóstico, reduzir as desigualdades educacionais e pedagógicas.

² Crise de ausência - ausências típicas têm início e término abruptos, duração média de 10 a 20 segundos, em que há perseveração de comportamentos imediatamente anteriores ao início da ausência típica. Disponível em: https://www.epilepsia.org.br/uploads/ebooks/LIVRO_EPILEPSIA_PRATICA_2024_CY.pdf

A instrução principal das diretrizes, inicia a partir da matrícula na escola do aluno com esse diagnóstico, no qual esta deve criar um registro de dados a fim de possibilitar a promoção de atitudes receptivas, empáticas e acolhedora com esse aluno, em seguida promover o desenvolvimento de ações voltadas à valorização da autoestima do aluno e a capacitação de toda a comunidade escolar para no caso de presenciar uma crise convulsiva realizar os primeiros socorros.

Figura 1- Ação educativa para professores, gestores, técnicos administrativo e apoio educacional da E.E.Madre Zeinep.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 2- Folder - Guia de bolso para educadores e comunidade escolar.



Fonte: Arquivo pessoal.

O Guia de bolso distribuído para comunidade escolar contém orientações primordiais a serem adotadas na escola, recomendações ao profissional de educação que acompanha um aluno diagnosticado ou com suspeita de epilepsia e estratégias a serem adotadas a partir da matriz-teórico-filosófico da escola, no qual o educador pode analisar as dificuldades de aprendizagem do aluno com esse diagnóstico para intervir com estratégias e adaptações, ressaltando a importância da conexão entre a escola e família para que não haja restrição ao processo de desenvolvimento desse aluno na escola.

6 RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Com objetivo de auxiliar no conhecimento sobre a epilepsia o artigo sugere recursos pedagógicos para informação e capacitação dos estudantes de licenciatura e de profissionais de educação, com intervenções educacionais com base em estudos, leis, revistas e um Guia de bolso para educadores e comunidade escolar que foi elaborado durante o estágio supervisionado em Gestão Escolar.

O Projeto de Lei nº 564, de 2018, do Estado de São Paulo, que institui e

estabeleceu “Política Pública Estadual de proteção, inclusão e acompanhamento educacional dos alunos com epilepsia na rede de ensino”, traz em seus artigos diretrizes importantes a serem adotadas na escola (Ferreira et al., 2018). Destacamos algumas diretrizes, sendo:

Para escola é recomendável adotas as seguintes medidas:

- Criar um registro de dados do aluno com epilepsia;
- Promover o desenvolvimento de ações voltadas à valorização da autoestima do aluno;
- Buscar parcerias com o Poder Público e Organizações Civis não governamentais visando a oferta de capacitação continuada sobre primeiros socorros;
- Garantir que haja na escola, em cada turno escolar, funcionários aptos a prestar os primeiros socorros.

Para o profissional da educação é recomendável adotar as seguintes medidas:

- Criar um registro de dados do aluno com epilepsia;
- Utilizar corretamente os primeiros socorros nos casos em que o aluno apresentar crise epiléptica, com ou sem convulsão;
- De acordo com orientação/autorização da família e médica, o profissional da educação deve ministrar a medicação prescrita do aluno corretamente visando o bem estar deste;
- Adotar dinâmicas educativas para erradicar o estigma e o preconceito dentro do ambiente escolar;
- Utilizar propostas didáticas que possibilitem a inclusão e adaptação escolar de alunos com epilepsia.

O Estudo Policy Brief – Epilepsia e dificuldades no ambiente escolar, sugere a aplicação de intervenções educacionais com base na análise de autores que indicam soluções e recomendações para melhorar os aspectos educacionais e psicossociais dos alunos com diagnóstico de epilepsia, a saber:

realizar sessão de ensino de 40 minutos com professores, com foco no conhecimento de epilepsia e gerenciamento de convulsões; Seminários/Workshops sobre gestão de primeiros socorros da epilepsia; e a produção de Manual/cheklist sobre gestão de primeiros socorros (Jones *et al.*, 2018 *apud* Cançado e Machado, 2022, p. 15).

A Associação Brasileira de Epilepsia – ABE, oferta no seu site um curso de capacitação gratuito “Programa de capacitação para inclusão de crianças e adolescentes no contexto escolar”, direcionado ao treinamento de profissionais da educação.

As literaturas indicadas para provomer o conhecimento sobre a síndrome no ambiente escolar, são:

- “Uma tempestade em mim” – como lidar com a epilepsia das autoras Renata Julianelli, Juliana Negrão, José Salomão Shuartzman, Editora Memnon, 2022.
- “Charlotte e o cérebro” autora Aline Duarte, Editora Coralina, 2023.
- “Bia liga-desliga” autora Joelma Queiroz, Editora Inverso, 2021.
- “Revista da turma da Mônica – O que está acontecendo?” autor Maurício de Sousa, Editora Instituto Cultural Maurício de Sousa, 2019.

Além desses recursos, indicamos o “Guia de bolso para educadores e comunidade escolar” que foi produzido durante o estágio em Gestão Escolar da Universidade Federal do Oeste do Pará.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a pesquisa realizada para obtenção de informações teóricas e para a elaboração deste artigo, entende-se que para que haja uma atuação eficaz acerca da inclusão de alunos com diagnóstico de epilepsia no ambiente escolar, se faz necessário que a formação inicial e continuada do professor (a) seja contemplada com alguma informação sobre a síndrome, pois relacionado a esta existe muitas crenças e comportamentos inadequados, principalmente no ambiente escolar que podem ocasionar o fracasso e o abandono escolar.

Por ser um tema pouco discutido e analisado, ressaltamos à importância de romper essa lacuna na formação de profissionais da educação seja na formação inicial, na continuada ou na universidade, pois, em algum momento do exercício da sua profissão este pode presenciar situações que necessitam de noções em primeiros socorros, em especial conhecimento sobre a síndrome Epilepsia.

A pesquisa nos proporcionou uma análise reflexiva da problemática, além de nos oportunizar a aplicação de uma ação educativa com a finalidade de identificar e esclarecer os processos de escolarização dos alunos com o diagnóstico de Epilepsia e, principalmente orientar a gestão escolar e o corpo docente, criando um espaço seguro e inclusivo, adotando recursos e estratégias, visando a superação das dificuldades educativas e sociais que podem comprometer o rendimento e o aprendizado do educando.

Diante do exposto, é de suma importância a formação do profissional de educação para tal feito, visto que ele é um agente multiplicador, transformador social e mediador de todo processo. Portanto, é necessária a capacitação e a informação

adequada para se intervir corretamente quando este profissional presenciar um aluno com crise epiléptica.

Desse modo, quebra-se um paradigma social em relação ao estigma e o preconceito, onde a escola é um meio de comunicação primordial para desmistificar conceitos e mitos, além de promover a inclusão, respeito e conhecimento acerca da pessoa com epilepsia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EPILEPSIA. São Paulo, SP. 1987. Disponível em: <https://www.epilepsiabrasil.org.br>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EPILEPSIA. **Cartilha para inclusão de crianças e adolescentes com epilepsia no contexto escolar**. São Paulo, SP. 2020. Disponível em: https://epilepsiabrasil.org.br/cartilha_abe_epilepsiaNOVA.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EPILEPSIA. **Primeiros socorros: conheça o protocolo calma**. São Paulo, SP. 1987. p. 6. Disponível em: <https://epilepsiabrasil.org.br/primeiros-socorros/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Epilepsia: conheça a doença e o tratamento disponíveis no SUS. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/epilepsia-conheca-a-doenca-e-os-tratamentos-disponiveis-no-sus>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 5 out. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 26 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 6 dez. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a inclusão da disciplina "Noções de Primeiros Socorros" nos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 6 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF. 25 set. 2008. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

CANÇADO, Juliana Estanislau; MACHADO, Marcela. **Estudo Policy Brief: Epilepsia e dificuldades no ambiente escolar**. Instituto de Pesquisa e Estatística do

Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Estudo-Policy-brief-Epilepsia-e-dificuldades-no-ambiente-escolar.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Paula Teixeira. **Estigma na epilepsia**. 2005. 223 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/358526>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FERREIRA, Luis Fernando T. Projeto de Lei n. 564, de 2018. Dispõe sobre Política Estadual de Proteção, Inclusão e Acompanhamento dos Alunos com Epilepsia na Rede de Ensino de São Paulo. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000228627>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GALINDO, Nelson Miguel et al. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 1, p. 87-93, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/MSchgJRB6rds7HHx4TbWZ9B/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 jan. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2004. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/>. Acesso em: 27 out. 2024.

LIMA, Regina Silva Alves; RIZZUTTI, Sueli. Repercussões das representações sociais da epilepsia na constituição da identidade social de adolescentes com epilepsia de difícil controle. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 88259-88278, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/35699>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução Cláudio Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PANICO, Roberta. Perez, Tereza. **Direção para os novos espaços e tempos da escola: como diretora e diretor podem atuar para uma gestão escolar com equidade**. 1. ed. São Paulo: Santillana Educação, 2022.

PINHEIRO, Marta; ALVES, Marta; PRETO, Gisele Ribeiro; ALMEIDA, Leonice Cordeiro. Sobre as epilepsias e a aprendizagem do aluno epilético. **Revista Educação em Questão**, v. 24, n. 10, p. 191-210, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8317/5978>. Acesso em: 20

jul. 2024.

ROSA, Maria de Lourdes da Rocha. Obstáculos percebidos por pais e professores no atendimento das necessidades de crianças com epilepsia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 5, p. 37-44, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/bSxnWTNgrshdsWsFZcXY85c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Fabiane Beletti da; FILHO, Raymundo Carlos Machado Ferreira. Estigma na Epilepsia: Aspectos conceituais, Históricos e suas implicações na Escola. **Revista Thema**, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/230>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SILVA, Lisienne de Moraes Navarro G.; DIAS, Viviane França. Pedagogia interdisciplinar. **São Paulo: Editora Sol**, p. 10, 2012.

YASUDA, Clarissa Lin. **Epilepsia prática – conduta para não especialistas**. São Paulo: Leitura Médica, 2024. Disponível em: https://www.epilepsia.org.br/uploads/ebooks/LIVRO_EPILEPSIA_PRATICA_2024_C Y.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

ZANNI, Karina Piccin; MAIA FILHO, Heber de Souza; MATSUKURA, Thelma Simões. Impacto da Epilepsia no processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [online]. 2010, v. 16, n. 02, p. 215-230, 2010. ISSN 1413-6538. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2024.

ANEXOS**ANEXO A****1.PROSPECTO DO FOLDER DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PEDAGOGIA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO DE INTERVENÇÃO

**EPILEPSIA: DESPERTANDO CONSCIÊNCIA NO AMBIENTE
ESCOLAR**

GUIA DE BOLSO PARA
EDUCADORES E COMUNIDADE
ESCOLAR

ANEXO B

1. PROSPECTO DO FOLDER DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

EPILEPSIA: DESPERTANDO CONSCIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

ORIENTAÇÕES A SEREM ADOTADAS NA ESCOLA:

- Criar um registro específico de dados do aluno com epilepsia;
- Promover atitudes receptivas, empáticas e acolhedora do aluno;
- Promover o desenvolvimento de ações voltadas à valorização da autoestima do aluno;
- Capacitar toda a comunidade escolar para no caso de presenciar uma crise convulsiva realizar os primeiros socorros, promover mecanismos de acompanhamento educacional e psicopedagógico, realizar ações que combatam o preconceito em ambiente escolar;
- Buscar parcerias com o Poder Público e Organizações Cívicas não governamentais visando realizar cursos de capacitação continuada sobre primeiros socorros em caso de crises de epilepsia e convulsão para toda comunidade escolar;
- Oferecer acesso a todo conteúdo educacional e atividades desenvolvidas, desde que não exponha o aluno a riscos, e principalmente não restringir sua participação devido sua condição neurológica;
- Promover parceria com equipes de atendimento multiprofissional em âmbito público e privado;
- Promover ações práticas de conscientização de todos os alunos com o objetivo de reduzir a estigmatização no meio escolar;
- Garantir que haja na escola, em cada turno escolar, funcionários aptos a prestar os primeiros socorros.

É RECOMENDÁVEL QUE O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO QUE ACOMPANHA UM ALUNO DIAGNOSTICADO OU COM SUSPEITA DE EPILEPSIA ADOTE AS SEGUINTE MEDIDAS:

- Criar um registro específico de dados do aluno com epilepsia;
- Observar a todos os sinais e sintomas que possam sugerir a epilepsia, com ou sem convulsão;
- Manejar corretamente em caso de primeiros socorros quando o aluno apresentar crise epilética, com ou sem convulsão;
- Ministrando medicação prescrita do aluno, caso for necessário em horário de aula, desde que seja acompanhada de receita médica instruída com todos os dados necessários, incluindo dosagem e horário adequado para tomar o medicamento, bem como haja autorização por escrito dos pais ou responsáveis legais;
- Comunicar os pais sobre a ocorrência de convulsão ou crise associada à epilepsia, especificando o tipo de crise e os procedimentos que foram realizados;
- Uso de propostas didáticas e estratégias pedagógicas que possibilitem a inclusão e adaptação escolar de alunos com epilepsia;

ANEXO C

1. PROSPECTO DO FOLDER DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

- Adotar meios humanizados, dinâmicas educativas e propostas de socialização que proporcionem a erradicação do preconceito e estigma para com o aluno com epilepsia dentro do ambiente escolar;
- Ouvir o aluno e seus pais ou responsáveis para conhecer as especificidades do quadro e tratamento, que podem impactar no desenvolvimento escolar ou no desenvolvimento integral do aluno;
- Realizar o encaminhamento do aluno para o serviço de saúde caso forem observadas ocorrências como crises epiléticas.

DE ACORDO COM A MATRIZ-TEÓRICO-FILOSÓFICO DA ESCOLA O EDUCADOR PODE ANALISAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM ESSE DIAGNÓSTICO E INTERVIR COM ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES COMO:

- Reforçar que o aluno compreenda o conceito mais do que o produto, enfatizando a qualidade do que quantidade;
- Focalizar em exercícios em pequena quantidade para estimular e não desanimar o aluno;
- Buscar alternativas para as dificuldades fornecendo dicas de como fazer certas atividades, exemplo: fazer anotações, listas, resumos, entre outros;
- Ter reciprocidade imediata e constante nas atividades desenvolvidas pelo aluno como incentivo e proporcionar com essa atitude o desenvolvimento da auto-observação;
- Desenvolver o incentivo à leitura, recontar estórias e falar por tópicos. Isso proporciona o aluno a organização do pensamento;
- Estimular o aluno com encorajamento, motivação e reforço para garantir meios de atenção e conseqüentemente o aproveitamento escolar (estímulo para aprender);
- Não rotular o fracasso para esse aluno, pois ele precisa de positividade e experiência do educador para encorajar e elogiar seu desempenho escolar.

Vale ressaltar, que o aluno sentir-se um fracasso no ambiente escolar compromete sua autoestima e causa mais prejuízos emocionais que a própria epilepsia!

DICA: CURSO OFERECIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EPILEPSIA “EPILEPSIA NA ESCOLA: ATUALIZAÇÃO DOS EDUCADORES” – Disponível em <https://www.epilepsiabrasil.org.br>

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Luis Fernando T. et al. **Projeto de Lei n. 564, de 2018**. Dispõe sobre Política Estadual de Proteção, Inclusão e Acompanhamento dos Alunos com Epilepsia na Rede de Ensino de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 17/08/2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000228627>. Acesso em: 18/04/2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EPILEPSIA. Disponível em: <https://www.epilepsiabrasil.org.br>


ANEXO D

1. PROSPECTO DO FOLDER DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

26 DE MARÇO - DIA MUNDIAL DA
EPILEPSIA

COMO AJUDAR ALGUÉM DURANTE UMA CRISE EPILÉPTICA?

- 1** MANTENHA A CALMA
- 2** ACOMODE E POSICIONE SUA CABEÇA DE LADO
- 3** AFASTE-O DE OBJETOS PERIGOSOS E DO RISCO DE QUEDA
- 4** NÃO COLOQUE NADA EM SUA BOCA
- 5** NÃO O SEGURE
- 6** NÃO DÊ ÁGUA OU REMÉDIOS
- 7** AGUARDE-O SE REESTABELEÇER E OFEREÇA AJUDA



SE A CRISE DURAR MAIS DE **5 MINUTOS** SOLICITE ATENDIMENTO COM URGÊNCIA

Fonte: https://www.facebook.com/romariodesouzafaria/photos/neste-dia-importante-queremos-destacar-a-import%C3%A2ncia-de-entendermos-e-apoiarmos-/955434589284733/?_rdr